

BICHAS¹ PRETAS E O LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO – DEVIRES EM SALA DE AULA²

Eric Silva dos SANTOS³
Kelvin Tadeu Russi COLC⁴

Resumo: Apresentamos nesse trabalho, a partir de identidades sociais, sobretudo, de raça e sexualidade, como podemos refletir sobre diferentes sistemas de opressão dentro de sala de aula, interseccionados com o conceito de Letramento Racial Crítico (FERREIRA, 2014), enquanto educadores. Nos interessa discutir quais devires são possíveis para bichas pretas no ambiente escolar. Além do mais, é do nosso intuito compreender como o letramento racial crítico potencializa bichas pretas docentes. Para tanto, observamos que uma das premissas da *Critical Race Theory* (CRT), absorvida pelo Letramento Racial Crítico, é a importância de dar voz ao sujeito, ou seja, a relevância das narrativas como influenciadoras no processo de autocompreensão, autoconhecimento, liberdade e transgressão. Mobilizamos o conceito de identidade social (WOODWARD, 2019 [2014]), raça (HALL, 2019 [2014]; KILOMBA, 2020 [2008]), sexualidade (OLIVEIRA, 2017; JESUS, 2012) e Letramento Racial Crítico (LRC) (LADSON-BILLINGS, 1998; FERREIRA, 2014) para evidenciar como as reflexões podem auxiliar no processo de reconhecimento de si e de outros, a fim de tornar possível um ensino que abale o sistema colonial opressor (SANTOS e MENEZES, 2009). O trabalho é de caráter bibliográfico, de natureza básica e com abordagem qualitativa. Os resultados de pesquisa indicam que os devires possíveis para a bicha preta educadora são sempre transgressores, permitindo uma ruptura com o ciclo de violência contra esses corpos, tanto numa dimensão individual e subjetiva, quanto numa dimensão coletiva de ressignificação das identidades de raça e sexualidade. Concluímos que o LRC pode ser uma das ferramentas para que indivíduos de identidade sociorracial de sexualidade periférica retorne à sala de aula rompendo o ciclo de violência contra uma coletividade.

¹ O termo bicha se apresenta, dentre tantas outras significações, como uma maneira pejorativa para designar pessoas do gênero masculino de sexualidade dissidente, sobretudo pessoas afeminadas. Porém, é interessante observar que um signo linguístico pode apresentar, em sua dinâmica de uso, uma disputa pelos falantes em torno do seu significado. Nesse sentido, a comunidade LGBTQIA+ e os campos de estudos queer apropriaram-se do termo propondo uma ressignificação positiva.

² O presente trabalho é fruto da disciplina: Letramento Racial Crítico, Formação de Professoras/es e Materiais Didáticos, ministrada pela Profa. Dra. Aparecida de Jesus Ferreira, no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PPGEL/UEPG. O trabalho se alinha às pesquisas de mestrado dos autores e seus respectivos orientadores.

³ Professor na Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza como docente em Língua Inglesa. Membro do GEDIRG – Grupo de Estudos em Discurso, Identidade, Raça e Gênero e do GPADC – Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso Crítico. Atualmente cursa o Mestrado Interdisciplinar em História e Letras na Faculdade de Educação, Letras e Ciências do Sertão Central – FECLESC/UECE. Orientado por Marco Antônio Lima do Bonfim. E-mail do autor: espoliin@gmail.com.

⁴ Graduado em Licenciatura em Letras Português e Espanhol pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL/UEPG). Membro do GEPLIR Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagem e Identidade de Raça e do NUREGS Núcleo de Relações Étnico-raciais, de Gênero e Sexualidade. Orientado pela Dra. Aparecida de Jesus Ferreira. E-mail: do autor: colc_kel23@hotmail.com.

Palavras-chave: bichas pretas; letramento racial crítico; educação.

Abstract: We present in this work, based on social identities, especially race and sexuality, ways we can reflect on different systems of oppression within the classroom, intersected with the concept of Critical Race Literacy (FERREIRA, 2014), as educators. We are interested in discussing which becoming is possible for black fagots in the school environment. Besides, it is our intention to understand how does critical race literacy potentiate black effeminate gays as teachers? We note that one of the premises of critical race theory (CRT) and Critical Race Literacy is the importance of giving voice to the subject, in other words, the relevance of narratives as influencing in the process of self-understanding, self-knowledge, freedom and transgression. We mobilized the concept of social identity (WOODWARD, 2019 [2014]), race (HALL, 2019 [2014]; KILOMBA, 2020 [2008]), sexuality (OLIVEIRA, 2017; JESUS, 2012), Critical Race Literacy (CRL) (LADSON-BILLINGS, 1998; FERREIRA, 2014) to highlight how reflections can help in the process of self-recognition and others recognition, in order to make possible a teaching that shakes the oppressive colonial system (SANTOS e MENEZES, 2009). This is a bibliographic work, with a basic and qualitative approach. The research results indicate that the possible becoming for the black fagot teachers is always transgressive, allowing the break with the cycle of violence against these bodies, both in an individual and subjective dimension, and in a collective dimension of resignification of the identities of race and sexuality. We conclude that the CRL can be one of the tools for individuals of socioracial identity of peripheral sexuality to return to the classroom breaking the cycle of violence against a collective.

Keywords: black fagots; critical race literacy; education.

Introdução

É notório que vivemos numa estrutura social na qual as relações de poder insistem em incluir alguns em detrimento de outros, como constatado pelo Dossiê “Qual a cor do invisível?”, do instituto Raça e Igualdade, que retrata a situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil (RAÇA E IGUALDADE, 2020). Na dinâmica social brasileira é, notadamente, reconhecido que a população negra e indígena, além de grupos minorizados de gêneros e sexualidades dissidentes (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, *queer*, intersexo, assexuais etc., doravante LGBTQIA+), além de outros grupos minoritários, compõem o coletivo de corpos que são excluídos sócio historicamente. Isso acontece em todos os aspectos da vida cotidiana, desde as relações afetivas, até a inclusão e permanência destes grupos nas instituições de ensino formal, perpassando a representação destes grupos em propagandas e findando em estatísticas policiais que comprovam que os corpos que mais morrem de crimes de violência neste nosso país pertencem a estes grupos, conforme os dados do atlas da violência do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2020) e do dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileira (ANTRA, 2020), que retrata a violência com que corpos LGBTQIA+ são tratados.

No Brasil, de fato, não há levantamento estatístico governamental que permita uma consulta direta a dados de pessoas negras em sua diversidade de gênero e sexualidade. Não existir uma base consolidada de dados para uma parte de sua população é o maior indicativo da política pública adotada a essas populações: a exclusão que, vinda da não existência discursiva, culmina em eliminar socialmente estes indivíduos. Isso é refletido na vivência escolar e nas relações que ali se estabelecem (OLIVEIRA, 2017; ALMEIDA, 2020).

Numa perspectiva dos estudos críticos da linguagem que busca compreender os dinamismos sociais que acontecem nos e pelos discursos, Lopes (2002) apresenta uma obra que trata de identidades sociais no contexto de sala de aula. Observamos que, embora algumas pesquisas no campo dos estudos da Linguística Aplicada (LA) já debatam questões sobre raça ou sobre alguns aspectos das vivências LGBTQIA+, há a necessidade de uma perspectiva interseccional que reivindica o espaço do debate racial nas pautas do feminismo branco e das pautas de gênero no movimento antirracista. A jurista Kimberlé Crenshaw, em 1989, foi quem cunhou o termo. Esse conceito é oriundo do movimento de mulheres negras estadunidense, porém, a autora não delimita o conceito apenas as causas do feminismo negro destacando que o acesso da interseccionalidade pode abordar outros marcadores sociais. Deste modo, apropriou-se deste conceito para observar as vivências no contexto de sala de aula, visando a compreensão do papel social do professor. Nesse sentido, Ferreira (2014; 2018) tem desenvolvido uma perspectiva antirracista, que se baseia em narrativas autobiográficas, alinhada a uma LA socialmente engajada, que investiga estas identidades sociais de modo interseccionado. Compreendendo a interdisciplinaridade com o campo da educação, destacamos as pesquisas de Almeida (2020), que propõe uma cartografia do devir bicha e negro em sala de aula; e a pesquisa de Oliveira (2017) que trabalha a temática *bicha preta* numa perspectiva docente.

Este trabalho, portanto, visa compreender se a escola pode ser palco para transgredir (hooks, 2017) a lógica de marginalização de alguns corpos. Portanto, nosso objetivo é compreender como discussões de raça, gênero e sexualidade, em diálogo com o aporte teórico do Letramento Racial Crítico, podem tornar docentes, sobretudo os que se circunscrevem nos grupos supracitados, ainda mais cientes do seu papel transgressivo deslocando e ressignificando os signos⁵ da bicha preta. Para tanto, pretendemos responder às seguintes questões de pesquisa a) Quais devires são possíveis para bichas pretas no ambiente escolar? b) Como o letramento racial crítico potencializa bichas pretas docentes? Propomos, então, uma investigação bibliográfica de natureza básica nos estudos sobre o Letramento Racial Crítico, identidade, raça e gênero com abordagem qualitativa.

Para estes fins o presente artigo se organiza em três seções, a primeira discorre sobre o contexto da teoria racial crítica (LADSON-BILLINGS, 1998) como precedente do letramento racial crítico (FERREIRA, 2014; 2015; 2018), situando a nossa proposta dentro desta vertente. A segunda seção trata das perspectivas de identidades sociais (HALL, 2019 [1992]; WOODWARD, 2019 [2014]) para refletir sobre as questões raciais (HALL, 2019 [1992]; KILOMBA, 2020 [2008]). Para avançar ao nosso propósito, discutimos na terceira seção o devir de bichas pretas (OLIVEIRA, 2017) em sala de aula como um convite à transgressão (hooks, 2017) através das narrativas autobiográficas. Por fim, apresentamos as (in)conclusões nas considerações finais.

Letramento racial crítico – precedentes

Criada a partir da necessidade de transgredir as reflexões de raça e racismo na sociedade americana, a Teoria Racial Crítica (CRT, sigla em inglês para *Critical Race Theory*) surgiu em meados da década de 70 através de trabalhos de Derrick Bell (afro-americano) e Alan Freeman (um homem branco). A insatisfação de Bell e Freeman se deu pelo ritmo lento da reforma racial nos Estados Unidos e pelas falhas estratégicas que

⁵ Derivado dos estudos da pragmática compreendemos signo linguístico como sendo um espaço não tão estável e de disputa de significação. É, portanto, no espaço da prática social, entre manutenção e mudança social, que a disputa política e ideológica ocorre, criando perspectivas que desestabilizam os pressupostos da semiótica saussuriana.

os Estudos Jurídicos Críticos (CLS, sigla em inglês para *Critical Legal Studies*) forneciam.

Os Estudos Jurídicos Críticos (CLS) desenvolveram ao longo de suas fases uma crítica ao liberalismo e à tradição liberal dos direitos, bem como a composição da sociedade estadunidense da época, que para eles era representada por um sistema de meritocracia. No entanto, os Estudos Jurídicos Críticos (CLS) excluía o racismo de suas reflexões e reivindicações, por esse motivo a Teoria Racial Crítica, cria “a estratégia de expor e desmascarar o racismo em suas várias permutações” (LADSON-BILLINGS, 1998, p. 11), além de evidenciar que as práticas jurídicas liberais apoiavam um processo lento e sem mecanismo para mudanças radicais relacionadas ao racismo e a outros sistemas de opressão.

Partindo dos mesmos princípios expostos sobre a Teoria Racial Crítica em solo estadunidense, no contexto brasileiro, segundo Ferreira (2014) foram os pesquisadores Gandin, Diniz-Pereira e Hipólito (2002) quem trouxeram a nomenclatura Teoria Racial Crítica (*Critical Race Theory*) para a esfera educacional, no artigo intitulado “Para além de uma Educação Multicultural: Teoria Racial Crítica, Pedagogia Culturalmente Relevante e Formação Docente (Entrevista com a Professora Gloria Ladson-Billings)”, artigo publicado em 2002. (FERREIRA, 2014, p. 240)

A linguista Aparecida de Jesus Ferreira – pesquisadora brasileira sobre Letramento Racial Crítico (LRC) e Narrativas Autobiográficas, sobretudo, de raça, racismo, gênero, sexualidade e classe social, utiliza-se das premissas da Teoria Racial Crítica (CRT) destacando a importância de reconhecer o papel da voz na experiência das pessoas de cor, enquanto princípio basilar da CRT. Assim sendo, o conhecimento empírico das pessoas de cor é imprescindível para a análise e compreensão das experiências vividas sobre raça e racismo, em contexto brasileiro, pois através disso é que nos reconhecemos e refletimos enquanto sujeitos envolvidos por nossa identidade de raça, negra e branca, permitindo que outros também sejam contemplados por essas reflexões. Ferreira (2015), enfatiza que “as narrativas autobiográficas são importantes para entender a necessidade do preparo dos professores de Línguas para tratar de letramento racial não somente em suas salas de aula, mas também em todo ambiente escolar.” (FERREIRA, 2015, p. 139).

Com isso, ressaltamos a relevância das narrativas, autobiografias e métodos contranarrativos – *counterstorytelling*, como influenciadores no processo de autocompreensão, autoconhecimento, liberdade e transgressão em nossas ações enquanto professores progressistas. Outrossim, as narrativas, autobiografias e métodos contranarrativos – *counterstorytelling* potencializam uma mudança holística de todos os envolvidos, visto que nosso objetivo é refletir sobre identidade de raça, gênero, sexualidade e classe social interseccionadas com o Letramento Racial Crítico.

Portanto, a Teoria Racial Crítica se constitui como conceito relevante nas reflexões de professores, pois

[...] torna-se uma importante ferramenta intelectual e social para a desconstrução, reconstrução e construção: desconstrução das estruturas e discursos opressivos, a reconstrução da agência humana, e construção da equidade e relações de poder socialmente justas. (LADSON-BILLINGS, 1998, p. 9).

Vimos nesse tópico, brevemente, o movimento histórico e a relevância do Letramento Racial Crítico (CRT), primeiramente nos Estados Unidos e, posteriormente,

no Brasil. Conseqüentemente, é possível ponderar que o Letramento Racial Crítico (CRT) que utiliza, a partir da Teoria Racial Crítica, a raça como ponto de partida para a análise, apresenta-nos o entendimento de que o racismo não é um problema dos negros, mas da sociedade como um todo. Doravante, apresentaremos reflexões sobre identidade, sobretudo, identidade racial, a fim de tratar dos modos como experiências e discursos constroem as identidades raciais, interferindo e contribuindo para a formação docente e para o entendimento sobre o ensino de línguas.

Identidades sociais em perspectiva - uma guisa para pensar a questão racial

Em consonância com Hall (2019 [1992]) compreendemos o conceito de raça como uma categoria não biológica por não ter sustentação em diferenças genéticas, sendo este “o último refúgio racista” (HALL, 2019 [1992], p. 37). Ainda que tardiamente desmitificado o mito da raça biológica, compreendemos que as estruturas sociais foram fundadas a partir desse ponto. Todo o sistema mundo ocidental já estava/está estruturado nesse conceito que deu precedentes para invasões violentas às terras de povos originários, tanto em África quanto nas Américas, ao processo escravista, e às organizações político-institucionais que se sucederam. Portanto, o conceito de raça se configura como categoria discursiva.

Isto é, ela é uma categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais etc. - como *marcas simbólicas*, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro. (HALL, 2019 [1992], p.37, grifo do original)

Observamos aqui que as marcas simbólicas destacadas pelo autor são constituídas pela e na diferença. Neste sentido, compreendemos que “essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença.” (WOODWARD, 2019 [2014], p. 40, grifo no original). Tomemos nota, então, de que o conceito de identidade social como abordado aqui não é um sistema de classificação estático, concluído e permanente. Torna-se, então, apropriado tomá-lo como um construto social dinâmico, que acontece como num jogo de regras sociorracialmente estruturadas, entre grupos. No que tange a isso, Hall (2019[2014]) enfatiza:

É precisamente porque as identidade são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos no interior de formações e práticas discursivas específicas de poder e são, assim, mais o produto *da marcação da diferença e da exclusão* do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma identidade em seu significado tradicional - isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2019 [2014], p. 109-110, grifos nossos)

É, portanto, nesse jogo que a identidade se dá como processo, não produto, de afastamento, exclusão e marginalização de outros grupos. Nos interessa observar, a branquitude, identidade social do branco, como sendo um ponto de possibilidades de

estudos sobre raça como construção sociorracial e política, uma categoria discursiva em torno da qual o racismo se organiza enquanto processo e produto, num sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão (BENTO, 2002; SCHUCMAN, 2014).

Para confluir com nossa proposta de compreensão dos conceitos de identidades sociais de raça, articulo o pensamento de Hall (2019 [2014]) com os pensamentos da intelectual Grada Kilomba (2020 [2008]) que nos diz que o racismo apresenta de forma simultânea, três características, sendo elas i) a construção da diferença, ii) essas diferenças como sendo inseparavelmente ligados a valores hierárquicos, e; iii) o poder: histórico, político, social e econômico, “nesse sentido o racismo é a supremacia branca”. (KILOMBA (2020 [2008], p. 76)

A intelectual classifica, ainda, o racismo em três dimensões: a) estrutural como sendo a forma como as “estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em desvantagem visível, fora das estruturas dominantes.” (KILOMBA, 2020 [2008], p. 77), b) institucional como sendo “não apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em *sistemas e agendas educativas*, mercado de trabalho, justiça criminal e etc. (KILOMBA, 2020 [2008], p. 77, grifo meu); e, c) racismo cotidiano referindo-se a todo os discursos “que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como “Outra/o” - a diferença contra a qual o *sujeito branco* é medido - mas também como outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade *branca*.” (KILOMBA, 2020 [2008], p. 78, grifo do original) A autora não apresenta essas dimensões de forma sobreposta, contudo, compreendemos que qualquer ato racista, seja ele numa dimensão individual ou institucionalizada, recorrerá ao racismo estrutural para legitimar atos e discursos racistas. Visando tornar didático a complexidade deste conceito, observe o Quadro I:

Quadro 1 – características e dimensões do racismo

Características do racismo:		
I) a construção de identidades sociais a partir da diferença.	II) diferenças ligadas a valores hierárquicos que definem exploração e exclusão.	II) vínculo ao poder: histórico, político, social e econômico.
Dimensões do racismo:		
Estrutural: de nível ideológico e prático, compreende a organização social; estruturante das relações sociais racialmente hierarquizadas.	Institucional: a faceta estruturada do racismo nas diversas instituições sociais.	Cotidiano: os grupos não-branco tratados como a diferença do branco, para medida própria e além, como a personificação dos aspectos reprimidos da branquitude.

Fonte: adaptado de Kilomba (2020 [2008])

Ao abordar a identidade, empregamos o conceito como sendo sociorracial, pois o indivíduo sempre será socialmente definido a partir da raça, podendo ser interseccionada com outros marcadores sociais, como gênero, sexualidade e classe social. Se transgênero,

cisgênero, homem, mulher, não-binário, rico, pobre, ou qualquer outra nomenclatura que indique classe social, lésbica, gay, bissexual, travesti, *queer*, pansexual, intersexual etc, será uma vivência racializada na dinâmica social que estamos inseridos. Neste caso, ser branco, ser negro, ser indígena ou ser de outras raças é o ponto de partida, para análises.

Nesse sentido, o nosso interesse é avançar para discussões sobre a situação de bichas pretas docentes, enquanto identidade social, perpassadas pelas suas diversas identidades constituídas na dinâmica social, e as possibilidades de atuação em sala de aula. No próximo tópico tratamos, então, do dever de bichas pretas em sala de aula.

O dever de bichas pretas em sala de aula

Nos interessa compreender alguns aspectos do que consideramos como uma identidade sociorracial de sexualidade. Como vimos, a identidade se constitui pelas marcas da diferença e exclusão, ao marcar a identidade da cisgeneridade binária, que é a “crença, construída ao longo da história da humanidade, em uma dualidade simples e fixa entre indivíduos dos sexos feminino e masculino” (JESUS, 2012, p. 28)⁶, enquanto norma, em sua matriz heterossexual, todas as outras expressões e identidades de gênero, além das demais orientações sexuais, tornam-se periféricas ou marginalizadas.

Gênero se refere a formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s. Uma dimensão não depende da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é “naturalmente” heterossexual. (JESUS, 2012, p. 12)

Na verdade, para Melo (2016, p. 208) “a sexualidade é tão construto cultural quanto os outros hábitos que temos, sofrendo, por isso, inclusive, grande variação em suas formas – de acordo com os distintos momentos históricos e as diferentes sociedades e culturas”. Consoante a Melo, Oliveira (2017) defende que a bicha preta é constituída discursivamente. Se a bicha preta pode ser discursivizada como identidade abjeta, ela mesma ressignifica os signos que fazem com que a sociedade a exclua para empoderar a si e à coletividade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexual, Assexual etc.). Para a intelectual, “O termo “bicha” é uma navalha que abre passagem para as outras. Uma passagem estreita recusada pela maioria que prefere o ajuste. Mas sempre fica a certeza de que, se uma bicha passa por ali, outras podem passar.” (OLIVEIRA, 2017, p. 118). Nesse sentido, a navalha representa a vivência que transpõe a estrutura cis-heteropatriarcal possibilitando fissuras pelas quais outras bichas pretas podem acessar e ocupar espaços.

Numa sociedade que se organiza através da hierarquização de corpos e vivências de acordo com a exclusão de alguns grupos, é evidente que as instituições irão refletir (no sentido de reflexo, como num espelho) o racismo estrutural de cunho político, jurídico e econômico, nas relações cotidianas institucionalizadas. A escola, enquanto instituição

⁶ Para a autora, “quando essa ideia está associada à de que existiria relação direta entre as categorias sexo (biológica) e gênero (psicossocial), incorre-se no cissexismo que é a ideologia, resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero.” (JESUS, 2012, p. 28)

social, é um dos espaços que reproduzem essas hierarquias e que expulsam os corpos e vivências indesejadas. Nesse sentido, a teórica feminista, professora e jurista afro-estadunidense de teoria crítica de raça, Kimberlé Crenshaw, nos apresentou o conceito de interseccionalidade, sistematizado pela estudiosa em 1989. Primordialmente, este conceito foi criado para contemplar mulheres negras que não eram totalmente acolhidas nas lutas feministas, pois este movimento reproduzia o racismo, porém, a interseccionalidade trouxe à luz do dia a invisibilidade de vários elementos dentro de outros grupos oprimidos. Para Crenshaw (2002) interseccionalidade é

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Deste modo, a interseccionalidade nos permite enxergar a colisão das estruturas, ou seja, mesmo que as identidades se construam de maneira autônoma, há um dado momento em que elas se interseccionam. Ainda, segundo Akotirene (2018)

A interseccionalidade é “uma ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica. Trata-se de oferta analítica preparada pelas feministas negras [...]. É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, [...] (AKOTIRENE, 2018, p. 1)

Portanto, o conceito de interseccionalidade é uma sensibilidade analítica que busca refletir sobre identidades e sua relação com o poder. Deste modo, o corpo negro interseccionado às vivências de sexualidade periféricas, está exponencialmente vulnerável, e é, relativamente, comum observar, segundo Bonilha e Soligo (2015), bem como, em Rodrigues (2014), altos índices de evasão escolar em pessoas que pertencem a este grupo sociorracial, pela falta de políticas de permanência para este grupo.

Nesse sentido, a pesquisa de Oliveira (2017) expõe o quanto bichas pretas podem ser marginalizadas, tanto em suas vivências enquanto crianças estudantes, quanto em suas vivências adultas no papel de docente. Deste modo, é através do exercício de narrar as experiências pessoais alicerçadas nas reflexões de Letramento Racial Crítico que estes indivíduos, envoltos interseccionalmente por diferentes sistemas de opressão, são chamados a refletir além de raça e racismo, mas também gênero, sexualidade e classe social, e assim, passam a questionar suas vivências particulares passadas, ressignificando para a futura prática docente.

A autora estadunidense hooks (2017) destaca a importância das narrativas autobiográficas, não apenas expressadas pela voz do aluno, mas também convida os professores a partilharem de suas experiências pessoais. Para hooks

[...] os professores que esperam que os alunos partilhem narrativas confessionais, mas não estão eles mesmos dispostos a partilhar as suas exercem o poder de maneira potencialmente coercitiva. [...] Quando os professores levam narrativas de sua própria experiência para a discussão em sala de aula, elimina-se a possibilidade de atuarem como inquisidores oniscientes e silenciosos. (hooks, 2017, p. 35)

Portanto, ao ser utilizada de maneira consciente, as narrativas autobiográficas, presente nos cinco princípios fundamentais da Teoria Racial Crítica (CRT), torna-se, à bicha preta docente, um ato de reflexão, resistência e representatividade no âmbito escolar e auxilia no processo de entendimento, além das inquietações e necessidade de existir de muitos alunos atravessados por diversos atos de opressão.

Com isso, além de evidenciarmos, como já exposto, a relevância das narrativas como influenciadoras no processo de autocompreensão, autoconhecimento, liberdade e transgressão, nossas ações enquanto bichas pretas docentes e progressistas, potencializam uma mudança holística de todos os envolvidos, como expõe hooks (2017)

Os professores progressistas que trabalham para transformar o currículo de tal modo que ele não reforce os sistemas de dominação nem reflita mais nenhuma parcialidade são, em geral, os indivíduos mais dispostos a correr os riscos acarretados pela pedagogia engajada e a fazer de sua prática de ensino um foco de resistência.[...] Os professores que abraçam o desafio da autoatualização serão mais capazes de criar práticas pedagógicas que envolvam os alunos, proporcionando-lhes maneiras de saber que aumentem sua capacidade de viver profunda e plenamente (hooks, 2017, p. 36).

É através da partilha de narrativas autobiográficas, potencializadas por meio de práticas pedagógicas, que o docente cria uma relação dialógica com os discentes, gerando então uma pedagogia engajada (hooks, 2017), com o objetivo de transformar epistemologias eurocêntricas, por muitos anos engessadas no currículo escolar, em práticas de liberdade e de transgressão, tanto para o professor quanto para o aluno.

Por fim, pontuamos que apesar das pesquisas, que interseccionam raça e sexualidade (OLIVEIRA, 2017; ALMEIDA, 2020), sobretudo, de bichas pretas em contexto educacional, seja “praticamente inexistente” (OLIVEIRA, 2017, p. 170), e consequentemente, necessitem de desdobramentos de modo mais urgente, é evidente que ao refletirem sobre raça e racismo, embasados em reflexões do Letramento Racial Crítico, as bichas pretas professoras, antes marginalizadas, violentadas física e discursivamente, passarão a expor essas pautas (sistemas de opressão), para que sejam retiradas da invisibilidade, analisando-as com um olhar interseccional, fugindo de análises simplistas e questionando a estrutura da supremacia cis-heteropatriarcal, a saber, “a ideologia que ordena a rua pela performance cis-heteronormativa que ocorre neste espaço, violentando corporalidades que destoam do estipulado como normal” (FREITAS e LIMA, 2019, n.p). Assim sendo, o cis-heteropatriarcado remete à [cis]generidade, à hetero[ssexualidade] e ao patriarcado. Esse sistema impõe uma supremacia às identidades de gênero e a orientações sexuais destoantes em relação à “norma” heterossexual, cispênera e masculina.

Considerações finais

Nessas seções, apresentamos uma discussão sobre o LRC, narrativas autobiográficas, identidades sociorraciais de gênero e sexualidade no contexto da educação. Para isso, revisitamos os precedentes do LRC e os seus princípios, trouxemos à baila os conceitos de identidade, raça e sexualidade. Observamos que os devires possíveis para a bicha preta educadora são sempre de transgressão, permitindo uma ruptura com o ciclo de violência contra esses corpos, tanto numa dimensão individual e subjetiva, quanto numa dimensão coletiva de ressignificação das identidades de raça e sexualidade. Obviamente, a bicha preta educadora pode oferecer ao sistema educacional tudo o que todos outros educadores críticos podem oferecer, mas a sua experiência vivida de ruptura com ciclos de violência é uma contribuição singular que perpassa a representatividade e, em última instância, a justiça por todos os corpos que carregam os mesmos signos que foram expulsos pelo sistema regulatório da sociedade. Há de se considerar, que a bicha preta educadora não se resume nem se limita às perspectivas aqui apresentadas. Cada corpo-vivência é singular e possível de devires outros. E, por último, lançamos mão de reflexões sobre a exponencial potencialidade que as narrativas autobiográficas podem ter em práticas docentes transgressoras. Nesse sentido, ao retornar para o âmbito escolar, enquanto docente, a bicha preta ressignifica não somente a sua experiência individual mas, sua trajetória coletiva. Portanto, concluímos que o LRC pode ser uma das ferramentas para que a bicha preta violentada enquanto discente volte à sala de aula enquanto docente, apropriada de sua raça e sexualidade, para acertar as contas com o seu passado, rompendo o ciclo de violência contra uma coletividade. Dessa forma, reconhece-se como indispensável a ampliação acerca de trabalhos que interseccionam, raça e sexualidade, principalmente que abordem a intersecção sobre professores negros gays, pois, pesquisas que indiquem esses temas ainda tem sido novidade no Brasil, visto que, estas epistemologias são pouco desenvolvidas pela falta representatividade desses docentes nas universidades brasileiras.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Ed. Jandaíra. São Paulo, 2020.
- ALMEIDA, Kauã. **Ficções do ser: o entre-lugar de bichas pretas na escola**. Ilhéus, BA: Editus, 2020, 167 p. Transfluência series.
- ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 5-58, 2002.
- BONILHA, Tamyris Proença, SOLIGO, Ângela Fátima. O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira. **Revista Ibero-americana de Educação**, vol. 68, n. 2 (15/07/15), pp. 31- 48. Disponível em: <<https://rioei.org/historico/deloslectores/6960.pdf>> Acesso em: 13 ago. 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10 (1). Florianópolis, 2002. p.171-188

- FERREIRA, Aparecida de Jesus. Narrativas autobiográficas de professoras/es de línguas na universidade: Letramento racial crítico e Teoria racial crítica. In Ferreira, Aparecida de Jesus (Org.) **Narrativas Autobiográficas de Identidades Sociais de Raça, Gênero, Sexualidade e Classe em Estudos da Linguagem**. Campinas, SP. Pontes Editora, 2015.
- FERREIRA, Aparecida de Jesus, Teoria Racial Crítica e Letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 14, p. 236-263, jul./out. 2014.
- FREITAS, Laleska; LIMA, Ivaldo. Ideologia cisheteropatriarcal, contenção (cishetero) territorial e o videoclipe "flutua". **Desfazendo Gênero**, 2019.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural da Pós-modernidade**. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade/ bell hooks**; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2º.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. p. 283.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020**. Brasília, 2020.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos**. Goiânia: Ser-Tão: núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade/UFG, 2012. v.1. p. 42.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro, Cobogó, 2020.
- LADSON-BILLINGS, Gloria. Just what is critical race theory and what's doing in a nice field like education? **Qualitative Studies in Education**, v. 11, n. 1, 17-24, 1998
- MELO, Iran Ferreira. Breves notas históricas sobre sexualidades e identidades de gênero periféricas: o alvorecer do movimento LGBT no mundo. **Bagoas: estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 10, p. 205-232, 2017.
- OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 192, 2017.
- RAÇA E IGUALDADE. Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos. **Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020.
- RODRIGUES, João Batista. **Racismo e evasão escolar**. 2014. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 73-117.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e poder: revisitando o "medo branco" no século XXI. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 13, p. 134-147, 2014.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da, **Identidade e diferença** a perspectiva dos Estudos Culturais. 15 Ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 2019/2014.

Submetido em 02 de outubro de 2021.

Aprovado em 29 de novembro de 2021.